



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROCESSO SELETIVO – EDITAL nº 08/2019

002. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 30 questões objetivas.
- Preencha seus dados na capa deste caderno e confira os dados impressos na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe o fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho do gabarito, localizado ao final do caderno de questões, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome completo do candidato

CPF:

Nº de Inscrição:

RG:

Assinatura:



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 08/2019

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

PROVA OBJETIVA

CADERNO DE QUESTÕES

1) A Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993 dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Dentre as regulamentações, o legislador fixou a carga horária do assistente social, cuja inclusão se deu através da Lei Federal nº 12.317/2010. Assinale a alternativa correta acerca da carga horária do Assistente Social:

- a) 25 horas semanais.
- b) 30 horas mensais.
- c) 20 horas semanais.
- d) 30 horas semanais.

2) Como meio de implementação do *welfare state*, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe, em seu art. 6º, os direitos elencados como sociais, categorizados como direitos fundamentais do cidadão. Dentre as alternativas abaixo, assinale a alternativa que não contempla um direito social expressamente previsto no art. 6º:

- a) Lazer.
- b) Moradia.
- c) Felicidade.
- d) Proteção à infância.

3) São competências do Assistente Social, nos termos da Lei Federal nº 8.662/93, EXCETO:

- a) planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.
- b) realizar as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.
- c) encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
- d) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

4) São princípios aplicáveis à execução das medidas socioeducativas, nos termos da Lei Federal nº 12.594/2012, salvo:

- a) legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.

b) excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos.

c) fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

d) discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual.

5) Nos termos da Resolução nº 109/2009, que dispõe sobre a tipificação nacional de serviços socioassistenciais, assinale a alternativa que contempla um serviço de proteção social especial de média complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social.
- c) Serviço de Acolhimento em República.
- d) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

6) O Conselho Tutelar, órgão integrante da administração pública local, é composto de 5 membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos. Assinale a alternativa que contempla o número legal de reconduções dos conselheiros tutelar:

- a) 1 recondução, mediante nova eleição.
- b) 2 reconduções, mediante nova eleição.
- c) reconduções ilimitadas, mediante nova eleição.
- d) 1 recondução, dispensando nova eleição.

7) Consoante dispõe o art. 227 da Constituição Federal, são deveres da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, os seguintes direitos, ressalvado:

- a) à exploração.
- b) ao respeito.
- c) à alimentação.
- d) à cultura.



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 08/2019

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

PROVA OBJETIVA

8) Assinale a alternativa que contempla um dos objetivos da assistência social, nos termos do art. 203 da Constituição Federal:

- a) promoção da integração ao mercado de trabalho.
- b) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- c) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- d) garantia de ensino público em estabelecimentos oficiais.

9) Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.
- b) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade adoção.
- c) Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos;
- d) Nenhuma das alternativas.

10) De acordo com a Lei nº 8.069/90, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna do texto:

“_____ obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.”

- a) A guarda.
- b) A família natural.
- c) A tutela.
- d) A família substituta.

11) De acordo com a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos aos idosos:

- a) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, devendo o idoso apresentar o certificado, ou documento equivalente, expedido pela municipalidade.

b) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, devendo o idoso apresentar necessariamente a cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação, em bom estado de conservação.

c) maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, devendo o idoso apresentar o certificado, ou documento equivalente, expedido pela municipalidade.

d) maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, bastando que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

12) É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade do direito, EXCETO:

- a) à aposentadoria.
- b) à vida.
- c) à alimentação.
- d) ao respeito à convivência familiar e comunitária.

13) A atualização da Lei Orgânica de Assistência Social, por meio da Lei nº 12.435/2011, considera como entidade e organização de assistência social sem fins lucrativos, aquelas que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários, e também aquelas que atuam para defesa e garantia de direitos. Sendo assim, uma organização sem fins lucrativos de assessoramento é aquela que atua para:

- a) a gestão da política de assistência social.
- b) a articulação junto a outros órgãos públicos.
- c) o fortalecimento dos movimentos sociais.
- d) a promoção da cidadania dos usuários da política.

14) O Benefício de Prestação Continuada – BPC, garante um salário mínimo mensal a pessoa idosa com 65 anos ou mais, e a pessoa com deficiência que comprovem não dispor de meios para prover a manutenção de sua vida, e tampouco tê-la provida pela própria família. A pessoa com deficiência pode atuar como aprendiz e não haverá suspensão do benefício desde que o recebimento concomitante não ultrapasse:

- a) Um ano.
- b) Um ano e seis meses.
- c) Dois anos.



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 08/2019

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

PROVA OBJETIVA

d) Três anos intercalados.

15) O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade,

- a) inclusive o da preservação da imagem.
- b) inclusive o de trabalhar em qualquer idade.
- c) exceto o de participar da vida política, na forma da lei.
- d) exceto o de buscar refúgio, auxílio e orientação.

16) Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, leia o trecho abaixo e complete a lacuna:

Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar _____ anos.

- a) 15 (quinze).
- b) 16 (dezesesseis).
- c) 21 (vinte e um).
- d) 18 (dezoito).

17) Assinale a alternativa correta:

- a) Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes, cujos membros cumprem mandato de quatro anos, permitida uma recondução.
- b) O Conselheiro Tutelar é agente público municipal, eleito dentre os residentes desse município, maiores de 18 anos e com reconhecida idoneidade moral.
- c) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) Os acolhimentos de crianças e adolescente realizados pelo Conselho Tutelar, nos limites do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, prescindem de guia específica.

18) Nas escolas brasileiras, estudantes vivenciam a violência sexual no âmbito da família e trazem essas experiências para o ambiente escolar. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), Artigo 245, cabe ao professor e demais profissionais das redes

públicas e particulares de ensino, em casos dessa natureza:

- a) comunicar às autoridades competentes qualquer suspeita de violência ou maus-tratos contra estudantes com menos de 18 anos.
- b) encaminhar os estudantes para centros de acolhida, onde serão ouvidos por equipe multidisciplinar.
- c) preservar a imagem da criança e do adolescente e o respeito à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral.
- d) promover campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico.

19) A medida socioeducativa privativa de liberdade não poderá exceder o prazo máximo de:

- a) 21 anos.
- b) 2 anos.
- c) 1 ano.
- d) 3 anos.

20) A Lei Federal nº 10.741/2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, destina-se a regular os direitos assegurados:

- a) às pessoas com 60 anos ou mais de idade.
- b) às pessoas com 65 anos ou mais de idade.
- c) às pessoas com 60 anos ou mais de idade, se mulher, ou 65 anos ou mais de idade, se homem.
- d) às pessoas com 80 anos ou mais de idade.

21) Considerando que é assegurada a atenção integral à saúde do idoso, objetivando a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, assinale a alternativa que NÃO integra o rol de direitos dos idosos:

- a) Recebimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- b) Maiores de oitenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos, em todos e qualquer atendimento de saúde, inclusive em caso de emergência.
- c) Direito de acompanhante ao idoso internado ou em observação, devendo o órgão de saúde



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 08/2019

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

PROVA OBJETIVA

proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

d) Atendimento especializado para os idosos com deficiência ou com limitação incapacitante.

22) De acordo com as disposições do Estatuto do Idoso em relação aos procedimentos na administração pública, é assegurada a prioridade de atendimento somente às pessoas com idade a partir de:

a) sessenta e cinco anos, não havendo qualquer prioridade especial.

b) sessenta anos, havendo prioridade especial aos maiores de oitenta anos.

c) sessenta e cinco anos, havendo prioridade especial aos maiores de oitenta anos.

d) sessenta anos, havendo prioridade especial aos maiores de setenta anos.

23) João, pessoa com deficiência, dirigiu-se à Agência da Previdência Social, com prévio agendamento, para realizar pedido de LOAS. O pedido foi negado por entender a autarquia que a soma da renda *per capita* da família de João, considerando a soma de todos o núcleo familiar, inclusive de seu pai idoso, que recebe benefício no valor de um salário mínimo, ultrapassa o teto legal para aferição da miserabilidade. Sobre referida decisão administrativa é correto afirmar:

a) Está correto o INSS. Nos termos da Lei nº 8.742/93 toda a renda auferida pelo núcleo familiar deve ser considerada para aferição da hipossuficiência.

b) Está errado o INSS. Aplica-se por analogia o parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso aos pedidos de benefício assistencial feito por pessoa com deficiência. Assim, o benefício de idoso no valor de um salário mínimo não deve ser computado para aferição da hipossuficiência.

c) Está correto o INSS. Se fosse um pedido de LOAS/IDOSO o benefício percebido por pessoa do núcleo familiar em valor até um salário mínimo não seria computado, mas em se tratando de LOAD/Deficiente o valor deve ser somado à renda do núcleo familiar, por ausência de previsão legal em sentido contrário.

d) Está correto o INSS. Tratando-se de benefício assistencial e, portanto, sem custeio, a interpretação sobre o instituto jurídico deve ser restritiva.

24) Assinale a alternativa correta quando às funções da política de Assistência Social, segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS):

a) A participação popular, a descentralização e trabalho em rede de serviços.

b) As ações e serviços públicos prestados e política igualitária que preze pela qualidade dos serviços.

c) A proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

d) A municipalização do atendimento e descentralização político-administrativa.

25) Na Política de Assistência Social, no âmbito de atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade, uma das unidades de referência para a oferta de serviços é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Nessa unidade, há o desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI. Esse serviço tem como competência:

a) apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias.

b) realização da investigação para a responsabilização dos autores de violência, tendo sua finalidade vinculada a um equipamento institucional conforme definição de competências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

c) prestação de atendimentos que têm por objetivo, suprir as lacunas provenientes da ausência de atendimentos especializados que devem ser ofertados na rede de serviços pelas outras políticas públicas.

d) elaboração de laudos periciais, relatórios ou outros documentos com finalidade de produção



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 08/2019

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

PROVA OBJETIVA

de provas para o Ministério Público e Poder Judiciário.

26) O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) está contemplado na Proteção Social Especial de Média Complexidade da Política Nacional de Assistência Social e, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, deve ofertar serviços especializados. No que tange às atividades profissionais no CREAS, assinale a alternativa correta.

a) O CREAS tem sua abrangência e gestão Federal, pois não cabe à esfera estadual a gestão desse equipamento público, mesmo quando regionalizado, devido às ações e diretrizes ministeriais.

b) Cabe ao CREAS a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF com o objetivo de prevenir o rompimento de vínculos familiares.

c) O CREAS realiza a prestação de serviços a indivíduos e familiares que se encontram com direitos violados que demandam intervenções da proteção social especial.

d) Cabe ao CREAS a prestação de serviços a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social com foco no desenvolvimento de atividades preventivas e terapêuticas.

27) São objetivos da assistência social, nos termos da Lei Federal nº 8.742/1993, EXCETO:

a) a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

b) vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

c) a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

d) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

28) Assinale a alternativa que contempla a competência municipal sobre a Assistência Social, nos termos da Lei nº 8.742/1993:

a) prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado.

b) efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.

c) cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local.

d) responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal.

29) Assinale a alternativa correta:

a) O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Suas, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.

b) O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), que integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

c) O, Centro de Referência de Assistência Social (Cras) que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

d) O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 08/2019

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

PROVA OBJETIVA

índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

30) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO:

- a) diversidade na forma de participação no custeio.
- b) universalidade da cobertura e do atendimento.
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios.



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 08/2019

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

PROVA OBJETIVA

FOLHA DE RASCUNHO

Questão	Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Questão	Resposta
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ESTA FOLHA DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO.

O CANDIDATO PODERÁ LEVAR CONSIGO ESTA FOLHA AO TÉRMINO DA PROVA.